



REGULAMENTO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

**Praia Grande – São Paulo
Janeiro de 2015**

Artigo 1º – Este regulamento, aprovado pela congregação da **Faculdade Porto Sul – FAPS**, objetiva estabelecer um ordenamento ao funcionamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA, instituída por Ato do Diretor em atendimento ao Artigo 11 da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004.

CAPÍTULO I DA NATUREZA

Artigo 2º – A Comissão Própria de Avaliação da **Faculdade Porto Sul** é o órgão de coordenação e articulação do processo interno de auto-avaliação institucional e passa a regular-se por este documento, observado o Regimento Geral da Faculdade.

Parágrafo Único – À CPA cabe orientar, sistematizar e informar todos os setores da **Faculdade Porto Sul**, o MEC e o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, além de outros setores da sociedade para os quais as informações sobre a **FAPS** sejam pertinentes.

Artigo 3º – A CPA goza de autonomia para as questões relacionadas com a auto-avaliação institucional, exercida na forma deste Regulamento e observado o Regimento da **FAPS**.

Artigo 4º – A CPA terá como foco o processo de auto-avaliação que abrange toda a realidade institucional, considerando-se o expresso no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's).

Artigo 5º – A auto-avaliação institucional atenderá as dimensões previstas no Artigo 3º da Lei 10.861/2004.

Parágrafo Único – Outras dimensões poderão ser indicadas, considerando-se as especificidades da **FAPS** reveladas nas análises do processo de auto-avaliação institucional.

Artigo 6º – O processo de auto-avaliação conduzido pela CPA terá por finalidades:

I – a consolidação de uma visão comum para a **FAPS**, contemplando os aspectos sociais, políticos, filosóficos e éticos da ação e gestão acadêmica;

II – a implantação de uma cultura de avaliação como um processo reflexivo, sistemático e contínuo sobre a realidade institucional;

III – a realização de um processo partilhado de produção de conhecimento sobre a **FAPS** que possibilite a revisão e o aperfeiçoamento de práticas, tendo como referências o PDI e o PPI;

IV – a análise contínua da ação acadêmica, buscando vê-la com clareza, profundidade e abrangência;

V – instalação de um sistema de informação e divulgação de dados ágil e preciso com a participação dos diferentes segmentos da **FAPS**.

CAPÍTULO II

DA CONSTITUIÇÃO DA CPA

Artigo 7º – A CPA será constituída de 7 (sete) membros, sendo 1 (um) representante da mantenedora, o Diretor Geral da Faculdade, 1 (um) representante dos Coordenadores de Curso, 1 (um) representante do Copro Docente, 1 (um) representante do Corpo Discente, 1 (um) representante dos funcionários não docentes e 1 (um) representante da comunidade externa, estando vinculada à Direção Geral da **FAPS**.

§ 1º – Os membros da CPA serão escolhidos e nomeados pelo Diretor da **FAPS**, com ampla divulgação da sua composição e das suas atividades. Na composição será levado em conta, à critério da Diretoria, o adequado perfil dos membros para o exercício das funções da CPA.

§ 2º – A CPA terá um Coordenador escolhido pelos membros.

§ 3º – O mandato dos membros da CPA terá a duração de um ciclo avaliativo – 3 (três) anos, considerando-se as avaliações interna e externa, previstas no SINAES e atendendo aos prazos definidos pelo MEC/INEP para a realização das avaliações, podendo ser reconduzido.

§ 4º – Os membros da CPA poderão ser renovados, anualmente, em até 1/3 (um terço).

Artigo 8º – A CPA reunir-se-á com qualquer número de seus membros, sendo entretanto necessária a presença da maioria simples nas reuniões deliberativas.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DA CPA

Artigo 9º – São atribuições da CPA:

- I. elaborar e implementar o sistema de avaliação institucional da **FAPS**;
- II. elaborar o processo de auto-avaliação institucional;
- III. assegurar o envolvimento da comunidade acadêmica na discussão do processo, implementação da avaliação e na análise dos resultados;
- IV. criar condições para que a auto-avaliação esteja integrada na dinâmica institucional, assegurando a interlocução com todos os segmentos com interesse do processo avaliativo;
- V. elaborar, reavaliar e atualizar os instrumentos avaliativos;
- VI. coordenar os fluxos de aplicação dos instrumentos;
- VII. definir os procedimentos de organização e de análise de dados;
- VIII. processar e analisar as informações coletadas;
- IX. encaminhar providências que assegurem o cumprimento de coletas, processamento, análise e divulgação de informações;
- X. aprovar o relatório final de auto-avaliação, que deve ser submetidos à aprovação da Congregação da **FAPS**;
- XI. acompanhar a execução do Plano de Melhorias definidos pelos Coordenadores de Curso e pela Direção Geral da **FAPS**;
- XII. elaborar a programação anual da auto-avaliação institucional, determinando as recomendações a serem aplicadas e os prazos a serem cumpridos;
- XIII. coordenar um processo de reflexão e discussão sobre os resultados do trabalho avaliativo estimulando a proposição de encaminhamentos pelos diferentes setores da **FAPS**;
- XIV. executar outras atribuições inerentes à natureza do órgão, decorrentes da legislação ou decisão dos colegiados superiores da **FAPS**.

CAPÍTULO IV

A CPA E A AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Artigo 10º – A auto-avaliação conduzida pela CPA terá as seguintes finalidades:

- I. Consolidar uma visão comum para a **FAPS**, contemplando os aspectos sociais, políticos, filosóficos e éticos da ação e gestão acadêmica;
- II. Implantar uma cultura de avaliação como um processo reflexivo, sistemático e contínuo sobre a realidade institucional;
- III. Realizar um processo partilhado de produção de conhecimento sobre a **FAPS** que possibilite a revisão e o aperfeiçoamento de práticas, tendo como referências o PPI, o PDI e os PPC's;
- IV. Analisar continuamente a ação acadêmica, buscando vê-la com clareza, profundidade e abrangência;
- V. Instalar um sistema de informação e divulgação de dados ágil e preciso com a participação dos diferentes segmentos da **FAPS**;
- VI. Atender às determinações legais do SINAES;
- VII. Atender às necessidades técnico-pedagógicas da Comissão Própria de Avaliação;
- VIII. Organizar a estrutura e a execução da avaliação institucional;
- IX. Promover encontros, seminários e reuniões de estudo sobre a Avaliação Institucional;
- X. Promover e divulgar a importância dos trabalhos em Avaliação criando um espírito de coletividade e co-responsabilidade entre todos os seguimentos envolvidos nas atividades;
- XI. Preparar e aplicar os instrumentos de avaliação do Corpo Docente, Discente e Técnico-administrativo, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão;
- XII. Viabilizar a coleta e a análise de dados visando ao diagnóstico da situação institucional;
- XIII. Avaliar e considerar a situação institucional a partir da pesquisa aplicada;
- XIV. Preparar e promover encontros didático-pedagógicos com o corpo Docente da FAPS.

CAPÍTULO V

DO SUPORTE TÉCNICO

Artigo 11 – Para implementação do processo avaliativo a CPA contará com o apoio da secretaria, do setor de informática, dos coordenadores de curso e da Direção da **FAPS**.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 12 – Para elaboração da auto-avaliação institucional, a CPA realizará um processo de articulação e discussão necessárias com os vários setores e níveis hierárquicos da **FAPS**, sujeitos do processo de avaliação.

Artigo 13 – Este Regulamento da CPA entra em vigor na data de sua aprovação pela Congregação da **Faculdade Porto Sul**.